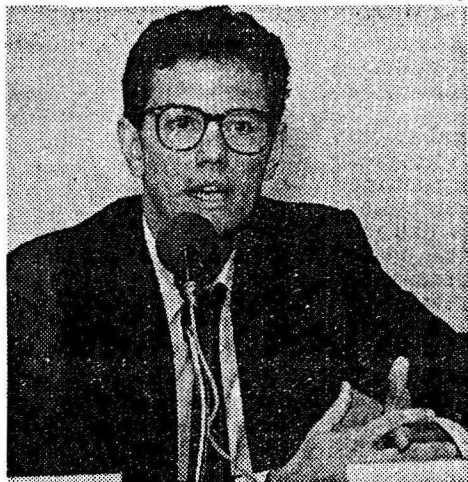


Acordo argentino é melhor, diz economista



AE

Nogueira Batista

Na direção de um acordo típico do Plano Brady

ROLF KUNTZ

O acordo argentino com os bancos é mais vantajoso que o brasileiro, segundo o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, assessor para assuntos da dívida externa do ex-ministro da Fazenda Dílson Funaro. A solução do caso argentino, afirma, é "nitidamente melhor por causa da diferença no tratamento dos atrasados". O presidente Fernando Collor anunciou o acordo de princípio com os credores privados como mais favorável do que os assinados por outros governos latino-americanos. O governo argentino, lembra o economista, negociou cerca de US\$ 8 bilhões de atrasados juntamente com o estoque da dívida, US\$ 22 bilhões. Pagou US\$ 400 milhões em dinheiro e refinanciou o resto. O governo brasileiro tinha atrasados praticamente iguais, pagou US\$ 2 bilhões no ano passado e refinanciou o restante.

O acordo de princípio, segundo Nogueira Batista, tem como aspectos positivos a redução do valor presente da dívida e o

possível estímulo à entrada de novos capitais. Em contrapartida, acrescenta, há três aspectos desfavoráveis: um impacto negativo sobre a caixa do governo, porque os pagamentos aumentarão a curto prazo; o bloqueio de uma parte expressiva das reservas cambiais; a necessidade de novas dívidas para financiar uma parcela das garantias oferecidas aos credores.

O acordo de princípio aponta na direção de um acordo típico do Plano Brady, como os assinados pelos governos do México, da Venezuela e da Argentina, diz Nogueira Batista. As características essenciais desses acordos são os bônus de desconto, ao par e de dinheiro novo. Ainda não está claro, segundo o economista, de onde sairão os recursos para as garantias previstas. Há uma indicação, mas nenhuma segurança, de contribuições do FMI, do Bird, do BID e dos bancos privados. No comunicado distribuído em Nova York, menciona-se a expectativa de que, na data de assinatura do acordo, haja US\$ 3,2 bilhões de garantias, metade do Brasil e metade das

outras fontes. Nesse caso, o Brasil terá de bloquear US\$ 1,6 bilhão de suas reservas cambiais, mas o valor poderá ser maior, dependendo de como os bancos compo-nham suas opções. Se houver forte preferência pelo bônus ao par, o montante de recursos para garantia aumentará. No caso do bônus ao par, não há o desconto de 35% sobre o principal.

Segundo Nogueira Batista, a diferença principal em relação a outros acordos na linha do Plano Brady é a concessão, feita ao Brasil, para o aporte gradual de garantias. Mas isso se deve a uma peculiaridade da situação brasileira: os outros governos, ao renegociar suas dívidas, já estavam adiantados no cumprimento de seus acordos com o FMI e tinham, por isso, maior facilidade para mobilizar financiamentos adicionais. Se o acordo se completar, a remessa de pagamentos será maior do que na situação de moratória parcial e menor do que na fase anterior. Se o acordo for assinado, será preciso pagar, no primeiro ano, mais que US\$ 2,1 bilhões.